



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023.
PROCESSO Nº 029/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, Estado da Bahia, torna público que no **dia 07 de março de 2023, às 14h30min**, na sua sede fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 07/2023. OBJETO: **Registro de Preços buscando a futura contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de Aparelhos, Peças e Manutenção Preventiva E Corretiva em Condicionadores de Ar, com o intuito de atender as diversas necessidades das secretarias municipais deste Município de Catolândia, Estado da Bahia**, conforme Edital e seus Anexos que estarão disponíveis no site <https://portaldatransparencia.catolandia.ba.gov.br/>. Maiores informações, serão prestados pela Comissão de Licitação, nos dias de expediente, no horário da 08:00 às 12:00hs, na sede da Prefeitura Municipal de Catolândia, situada na Praça Municipal, s/n, centro – Catolândia – Bahia. Gêssica de Miranda Viana – Pregoeira, Portaria nº 065/2021. Catolândia (BA), 14 de fevereiro de 2023.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

REGISTRO DE PREÇOS BUSCANDO A FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE APARELHOS, PEÇAS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CONDICIONADORES DE AR, COM O INTUITO DE ATENDER AS DIVERSAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA MUNICÍPIO DE CATOLÂNDIA, ESTADO DA BAHIA.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADM. Nº 29/2023
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2023

PROTOCOLO DE ENTREGA DE EDITAL

Objeto: Registro de Preços buscando a futura contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de Aparelhos, Peças e Manutenção Preventiva E Corretiva em Condicionadores de Ar, com o intuito de atender as diversas necessidades das secretarias municipais deste Município de Catolândia, Estado da Bahia.

Data: 07/03/2023

Horário: 14:30 horas (Horário do Estado da Bahia).

Local: Praça Municipal, s/n, centro – Catolândia-Ba.

Razão Social: _____

CNPJ nº _____

Endereço: _____ **Nº** _____

Bairro: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____

Telefone: (____) _____ Fax (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

Responsável: _____

Contato: _____

_____, (____), ____ de _____ de 2023.

Assinatura

A formalização do interesse de participar nesta licitação, a empresa deverá repassar este FORMULÁRIO/RECIBO, devidamente preenchido antes da abertura do certame. Não sendo este, requisito para participação no presente certame.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2023

PREGÃO PRESENCIAL 07/2023

- **Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 43/2005.**
- **Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL**
- **Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR LOTE**
- **Forma de Fornecimento: PARCELADO**

1 PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, através de sua Pregoeira Oficial, Sra. Gêssica de Miranda Viana, e sua equipe de apoio, designados pelo Portaria nº **065/2021**, faz saber que, às **14:30 horas do dia 07 de março de 2023** estará recebendo, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, em sua sede situada na Praça Municipal, s/n, Centro – Catolândia-Ba, a documentação e propostas referentes ao “**REGISTRO DE PREÇOS**” buscando a futura contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de Aparelhos, Peças e Manutenção Preventiva E Corretiva em Condicionadores de Ar, com o intuito de atender as diversas necessidades das secretarias municipais deste Município de Catolândia, Estado da Bahia.

2 OBJETO

Constitui objeto desta Licitação (Pregão Presencial) o **Registro de Preços buscando a futura contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de Aparelhos, Peças e Manutenção Preventiva E Corretiva em Condicionadores de Ar, com o intuito de atender as diversas necessidades das secretarias municipais deste Município de Catolândia, Estado da Bahia**, conforme quantitativos e especificações indicados no Anexo I deste Edital.

2.1 A prestação de serviços será parcelada, realizada conforme pedidos/requisições.

2.2 A contratação com o licitante vencedor obedecerá às condições constantes da Minuta do Contrato, no Anexo IV deste Edital.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, e que satisfaçam às condições e exigências contidas neste Edital, e principalmente que tenham condições estruturais, legais e adequadas para a prestação dos serviços pretendidos.

3.2 Não poderão participar desta licitação:

3.2.1 Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, sendo vedada também a participação de firma cujo dirigente majoritário seja acionista de outra empresa do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação;

3.2.2 Empresas concordatárias ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.3 Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal do Município de Catolândia.

- 3.2.4** Empresa que tenham sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA/Bahia.
- 3.3** A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 3.4** Somente PESSOAS JURÍDICAS serão admitidas a participar desta licitação, **observadas as seguintes exigências:**
- 3.4.1** As empresas deverão comprovar **HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** em obediência ao que estabelecem os artigos 27, 28, 29, 30 e 31 da Lei 8.666/93.

4 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (PREGÃO PRESENCIAL)

- 4.1** Observar-se-ão as disposições da Seção IV do Capítulo II da Lei 8.666/93, com as alterações decorrentes da Lei 8.883/94 e suas alterações posteriores, tudo combinado com o Art. 37, XXI da Constituição Federal, a Lei 10.520/02.

5 CREDENCIAMENTO

- 5.1** O proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, pessoalmente ou por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- 5.2** Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar desta sessão pública.
- 5.3** Cada licitante far-se-á representar por seu titular ou mandatário constituído e somente estes serão admitidos a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, pelo representado.
- 5.4** Caso a procuração não seja pública, será necessário o reconhecimento da firma do subscritor, que deverá ter poderes para outorgá-la.
- 5.5** A procuração de que trata o item anterior deverá ser apresentada em conjunto com a cópia do Contrato Social ou equivalente da empresa.
- 5.6** Nos casos em que a empresa estiver representada por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o mesmo deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, devidamente acompanhada do documento original para autenticação na Sessão, ou cópia autenticada em cartório, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 5.7** Para fins de credenciamento o licitante poderá adotar o modelo na forma prevista no **Anexo II** (Modelo de Credencial), acompanhado da devida identificação através de sua Carteira de Identidade ou outro documento, com foto, equivalente. Sendo que o Modelo de Credencial ou a Procuração deverá obrigatoriamente ser apresentada com reconhecimento de firma em cartório.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

- 5.8** Juntamente com a procuração ou credencial, deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital, conforme **Anexo VI** (Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação), para fins de cumprimento do disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei Federal n.º 10.520/02 e anexo **VII- (modelo de declaração de inexistência de funcionário público no corpo da empresa)**.
- 5.9** Quando na firma ou denominação social da microempresa ou da empresa de pequeno porte não constar, respectivamente, as abreviações “ME” ou “EPP”, juntamente com o credenciamento, será exigida, para fins de aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/06, a comprovação de tal enquadramento, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: condição de ouvintes.
- a) declaração emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- b) declaração do imposto de renda da pessoa jurídica, relativa ao último exercício social, já exigível.
- c) declaração do próprio licitante, atestando, sob as penas da lei, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.10** Após o encerramento da fase de credenciamento não será permitida a participação de retardatários, salvo na condição de ouvinte.
- 5.11** Concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão entregar ao Pregoeiro os envelopes das “Propostas de Preços” e dos “Documentos de Habilitação”, não sendo mais aceitas novas propostas.
- 5.12** A documentação de credenciamento mencionada no subitem anterior deverá ser entregue separadamente dos envelopes de “**DOCUMENTAÇÃO**” e de “**PROPOSTA**”.
- 5.13** A não apresentação dos documentos de credenciamento, ou a incorreção destes não inabilitará o licitante, mas o impedirá de propor lances verbais.
- 5.14** Na hipótese acima apontada, o licitante participará do certame competitivo com sua proposta escrita.
- 5.15** Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência de proposta.

6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE “B”

- 6.1** As Propostas de Preços e os documentos que as instruírem deverão ser entregues em original, datilografados ou digitados apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas e assinados pelo respectivo representante legal ou mandatário especificadamente credenciado.
- 6.2** No caso de serem assinadas por mandatário, será necessária a juntada da procuração outorgada, com firma reconhecida e com especificação dessa finalidade.
- 6.3** As propostas deverão ser entregues em envelope opaco, lacrado e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário, identificado como “Proposta de Preços” e endereçado à Comissão de Licitação, com indicação do nome ou razão social da empresa proponente, modalidade e número da Licitação (Pregão Presencial).
- 6.4** Todas as páginas da proposta deverão ser rubricadas por sua signatária, devendo suas folhas serem **obrigatoriamente numeradas** e com carimbo do CNPJ.
- 6.5** Os valores das propostas terão como data base aquela em que se deu a lavratura do instrumento



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

contratual, com validade mínima de 60 (sessenta) dias, ou o prazo indicado no contrato celebrado.

- 6.6** Conter declaração que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento dos produtos, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do contrato;
- 6.7** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais/serviços respectivos serem fornecidos à Prefeitura Municipal de Catolândia sem quaisquer ônus adicionais.
- 6.8** Para a correta elaboração da Proposta de Preços, deverá a empresa atender e aceitar integralmente todas as exigências de documentação deste Edital e seus anexos.
- 6.9** A aceitação da proposta será feita por menor preço por **LOTE**.
- 6.10** Serão **desclassificadas** as propostas que:
- 6.10.1** Não atendam às exigências do edital e seus anexos;
- 6.10.2** Contiverem emendas, borrões ou rasuras;
- 6.10.3** Apresentem cotação de opção de produto / material (proposta alternativa);

7 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "A"

- 7.1** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.
- 7.2.** No Envelope n.º 02 (Documentação) deverão constar os documentos exigidos para habilitação, apresentados em 01 (uma) via, **obrigatoriamente encadernadas, numeradas e organizadas por índice**, com todas as páginas rubricadas pelo representante legal e ordenadas, como critério de inabilitação, conforme listagem abaixo:
- 7.2.1** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 7.2.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 7.2.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 7.2.4** Documentação (Identidade e CPF) dos sócios ou proprietário.
- 7.3** **A Regularidade Fiscal será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**
- 7.3.1** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 7.3.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.3.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

- 7.3.4 Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal, inclusive Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (INSS e FGTS), com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, respectivamente;
- 7.3.5 Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND;
- 7.3.6 Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa (Acórdão Nº 1793/2011 – TCU – Plenário), emitida através do Portal do Conselho Nacional de Justiça em www.cnj.jus.br, em nome da empresa licitante, expedida a menos de 30(trinta) dias.
- 7.4 A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 7.4.1 Declaração, conforme o modelo a seguir, de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.

Local e data.

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

- 7.4.2 Declaração, conforme modelo a seguir, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, como também não admite qualquer trabalho à menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, declara, sob as penas da lei, que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, como também não admite qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

Local e data.

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

- 7.4.3 Comprovação de que a empresa licitante esteja apta a emitir **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, consoante determinação do Decreto Estadual nº 9.265, de 14/12/04 e Resolução nº 956/05 do TCM.
- 7.4.4 **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Não serão aceitos atestados emitidos por empresa do mesmo grupo empresarial do concorrente ou pelo próprio concorrente, ou por empresas das quais participem como sócios ou diretores do concorrente, ou ainda das empresas das quais o concorrente integre o seu quadro, bem como empresas que concorrem a esta licitação.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA

CNPJ:13.654.447/0001-26

7.5 A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 7.5.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Para empresa constituída há menos de um ano será aceita a substituição por Balancetes de Verificação referentes aos dois últimos meses anteriores à data de abertura dos envelopes.
- 7.5.2. O Balanço Patrimonial de todos os licitantes deverá ser transcrito no Livro Diário, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.
- 7.5.3. Em se tratando de licitante sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), que instituiu o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte “**SIMPLES NACIONAL**”, terá tratamento diferenciado, não exigindo apresentação de Balanço Patrimonial, mas a apresentação de **Documento que comprove** que a empresa licitante é Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte e optante pelo Simples Nacional, por meio da **Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS**.
- 7.5.4. Certidão negativa de falência e concordata, bem como certidão negativa de execuções e ações fiscais (títulos e protestos), expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da Licitação.
- 7.5.5. Alvará de Localização e Funcionamento, em vigor na data da sua apresentação, expedido pela Prefeitura Municipal Municipal da jurisdição fiscal da pessoa jurídica.

8 ORDEM DOS TRABALHOS

- 8.1 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, ao Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, somente dos participantes devidamente credenciados.

9 ABERTURA DOS ENVELOPES

- 9.1 Deverá ocorrer no dia, hora e local previamente designado no **PREÂMBULO** do presente Edital.
- 9.2 A Pregoeiro fará, primeiramente, a abertura do envelope “B” (Proposta de Preços), conferindo as propostas nele contidas, bem como a autenticidade das empresas, exibindo-os a todos os presentes.
- 9.3 A Pregoeira julgará as propostas e declarará o vencedor, restituindo, fechados, aos respectivos prepostos, os envelopes “A” (Documentação), daqueles considerados desclassificados.
- 9.4 Uma vez proclamada a classificação, não poderão os licitantes retirar as propostas apresentadas, ficando esclarecido que a desistência posterior acarretará nas sanções previstas no Capítulo IV, da Lei 8.666/93, com as alterações da Lei 8.883/94.
- 9.5 A Pregoeira franqueará a palavra aos licitantes para que registrem em ata os protestos ou impugnações que entenderem cabíveis, podendo os mesmos serem apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.
- 9.6 Não havendo registro de protestos ou impugnações, e, se os houver, forem decididos de imediato, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, com a abertura dos envelopes “A” (Documentação), dos licitantes classificados, desde que haja declaração expressa, de todos os



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

participantes, de renúncia a recurso.

- 9.7 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas de licitantes retardatários.
- 9.8 O prazo de validade da Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega da proposta, ficando os licitantes, após essa data, liberados dos compromissos assumidos.

10 LANCES VERBAIS

- 10.1 A fase de lances será extensiva a todos os licitantes presentes, independente do que dispõem os incisos VIII e IX da Lei 10.520/02, como forma de permitir maior disputa entre os participantes, objetivando melhores condições de fornecimento e preços para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA. **Na elaboração do contrato será observada a porcentagem de desconto a ser aplicado sobre o valor global de cada lote indicado na proposta do licitante vencedor, donde será atribuído o novo preço para cada um dos itens constantes do lote.**
- 10.2 Para contratação, o licitante vencedor deverá encaminhar, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, nova planilha de preços com os valores readequados ao que foi ofertado na etapa dos lances verbais.

11 DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

- 11.1 Até 02 (dois) dias úteis anterior a data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, mediante protocolo no setor de licitação situado na Praça municipal, S/N, centro, Catolândia – Ba, CEP: 47.845-000.
- 11.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 01 (um) dia útil.
- 11.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, ao Pregoeiro terá o prazo de 03 (três) dias úteis, para decidir o recurso, para a realização do certame.
- 11.4 Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 11.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do Pregoeiro importará na preclusão do direito de recurso e conseqüentemente na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1 Será de **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 12.2 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 12.3 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

- 12.4** Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando a obtenção de preço melhor.
- 12.5** Encerrada a fase dos lances verbais, serão analisados os envelopes contendo os documentos exigidos para habilitação, podendo a Comissão responsável abrir prazo de até uma hora para apresentação de documentos pelas empresas participantes, que não estejam no envelope.

13 DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1** Julgada a licitação, após homologada a decisão deste Pregão, o licitante vencedor do certame será notificado para assinatura da Ata de Registro de Preços, observado o disposto no art. 11 do Decreto 7.892/2013, conforme modelo anexo a este Edital, na presença de 2 (duas) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito ao ajuste, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor.
- 13.2** É facultado à Administração, quando o proponente vencedor não atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos neste Edital e seus Anexos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei Federal nº 10.520/2002, ou revogar a licitação.
- 13.3** A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 do Decreto n.º 7.892/2013.
- 13.4** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 13.5** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
- 13.6** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 13.7** Nessa hipótese, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 13.8** O cancelamento do registro ocorrerá, por iniciativa da Administração, quando:
- a) o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
 - b) o fornecedor deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
 - c) houver razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;
 - d) não forem cumpridas as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - e) o fornecedor não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, o termo contratual decorrente da Ata de Registro de Preços
- 13.9** Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, o Município de Catolândia fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

14 CONTRATAÇÃO

- 14.1** O adjudicatário da presente licitação será convocado para assinatura do contrato, na forma da Lei, após a homologação, se não houver interposição de recurso. Havendo interposição de recurso, o adjudicatário deverá aguardar o esgotamento de todos os prazos, até que a decisão final seja publicada em jornal de grande circulação no município ou estado.
- 14.2** Para a assinatura do contrato o adjudicatário deverá se fazer representar por:
- 14.2.1** Sócio que tenha poderes de administração, apresentando o contrato social e suas alterações, além de comunicação expressa da empresa onde mencione qual o sócio que assinará o contrato;
- 14.2.2** Procurador com poderes específicos.
- 14.3** Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.
- 14.4** O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação para tal, através de fax ou correio eletrônico.
- 14.5** O contrato a ser firmado obedecerá a Minuta constante do Anexo IV deste Edital.
- 14.6** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, com a devida atualização.

15 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1** As despesas para aquisição do objeto licitado correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0201000 – GABINETE DO PREFEITO
2002 GESTÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO
0202000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2005 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC.MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS.
0203000 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO
2018 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.
0204000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
2011 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERV.PÚBLICOS E SANEAMENTO.
0206001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2034 – GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – REC. PRÓPRIOS (15%).
2035 – GESTÃO DO BLOCO DE MANUT. DAS ASPS
2037 – GESTÃO DO BLOCO DE MANUT. DAS ASPS – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2041 – GESTÃO DAS AÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS
2043 – GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À COVID-19
2046 GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – REC VINCULADOS
0205001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2050 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL - REC. PRÓPRIOS.
2052 – GESTÃO DOS REC.DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2053 GESTÃO DOS REC. DO BLOCO DA GESTÃO DO PROG. BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO ÚNICO
2054 GESTÃO DOS REC. DO BLOCO DO SUAS
2055 - GESTÃO DOS RECURSOS DOS PROGRAMAS DO FNAS
2058 - GESTÃO DOS RECURSOS TRANSF. DO ESTADO (FEAS)
0203002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2021 GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL - MDE 25%
2022 GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE 25%
2027 GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO – QSE.
2031 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
3.3.9.0.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

4.4.9.0.52.00,00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTES: 1500 - RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE IMPOSTOS, 1510 - EDUCACAO 25%, 1520 - SAUDE 15%, 1600, 1621 – SUS, 1660 – FNAS, 1661 - FEAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSIST. SOCIAL.

16 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1** O pagamento devido ao contratado será efetuado através de depósito bancário nominal à empresa, em até 10 (dez) dias úteis, a partir do início do mês subsequente ao do fornecimento do objeto, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura (referente ao consumo mensal) devidamente atestada pelo setor competente.
- 16.2** A liberação de cada Nota Fiscal/Fatura só será feita após a apresentação de todas as autorizações de fornecimento encaminhadas ao fornecedor pelo servidor indicado. Para liberação do pagamento a fatura deverá conter o visto da Controladoria.
- 16.3** Se por qualquer motivo as Notas Fiscais/Faturas forem rejeitadas, estas serão devolvidas ao licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 15.1, a partir da data de sua reapresentação ao setor competente.
- 16.3.1** A devolução da fatura não aprovada pela Controladoria em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa contratada suspenda a entrega do objeto licitado.
- 16.4** A contratada deverá encaminhar junto a Nota fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número de Conta a ser depositado o pagamento, bem como, devolver a Ordem de Fornecimento/Serviço original enviada pela gerência solicitante. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.
- 16.5** O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com as suas obrigações, apresentado as certidões fiscais exigidas por Lei.

17 DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO E DE FORNECIMENTO

- 17.1** O fornecimento do objeto licitado será iniciado em até 03 (três) dias após o pedido/requisição emitido do Setor de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, devendo ocorrer em até 12 (doze) meses após a data de assinatura do contrato.

18 REAJUSTAMENTO

- 18.1** Em decorrência da vigência de novas bases da política monetária do País, a partir de 1º de julho de 1994, com a implantação da atual moeda, o Real (R\$), a ocorrência de qualquer reajustamento de preço estará condicionada à eventualidade de virem a ser editados, e passarem a vigor, dispositivos legais específicos.

19 REGIME DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO

- 19.1** A Contratante procederá ao acompanhamento e à fiscalização do cumprimento do contrato, como pactuado, na forma da Lei 8.666/93.

20 SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 20.1** A inexecução parcial ou total do contrato sujeitará a contratada à suspensão ou à declaração de sua inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Catolândia.
- 20.2** A multa por descumprimento do contrato corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor do mesmo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

- 20.3** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
- 20.3.1** Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
- 20.3.2** Multa, na forma prevista nesta cláusula;
- 19.3.3** Suspensão do direito de licitar num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- 20.3.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave.

21 RESCISÃO

- 21.1** O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- 21.1.1** Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações;
- 21.1.2** Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- 21.1.3** Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 21.2** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura à CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 21.3** A rescisão do contrato, com base no subitem anterior, sujeita à CONTRATADA multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o seu saldo, na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.
- 21.4** Na aplicação destas penalidades e das demais previstas neste instrumento, salvo as mencionadas no item 19, serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

22 REVOGAÇÃO/ANULAÇÃO

- 22.1** A presente licitação (Pregão Presencial) poderá ser revogada ou anulada nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93, com as alterações inclusas na Lei 8.883/94.

23 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1** É facultado a Pregoeira, em qualquer fase da licitação (Pregão Presencial), a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo Licitatório.
- 23.2** A Pregoeira poderá, em qualquer fase da Licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação dos participantes para a continuidade dos trabalhos.
- 23.3** No ato da aquisição do Edital o interessado deverá observar, cuidadosamente, se o seu exemplar está completo e acompanhado dos seguintes anexos:
- 23.3.1** ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS – ANEXO I;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

- 23.3.2** MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO – ANEXO II;
- 23.3.3** MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO III;
- 23.3.4** MINUTA DO CONTRATO – ANEXO IV;
- 23.3.5** MODELO PARA DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO – ANEXO V;
- 23.3.5** MODELO CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO– ANEXO VI;
- 23.3.6** MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO – ANEXO VII;
- 23.3.7** MODELO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO– ANEXO VIII.
- 23.4** A qualquer tempo, antes da data fixada para a apresentação das propostas, poderá a Pregoeira, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder à nova divulgação, com renovação de todos os prazos exigidos em Lei.
- 23.5** Os encargos de natureza tributária, social e parafiscal são de exclusiva responsabilidade das empresas a serem contratadas.
- 23.6** A apresentação das propostas implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação (Pregão Presencial).
- 23.7** As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela Comissão de Licitação, nos dias de expediente, em horário comercial, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, situada na, Catolândia-Ba, ou pelos telefones: (77)3619-2030.

24 DO FORO

- 24.1** Fica eleito o Foro da Comarca de São Desiderio, estado da Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Catolândia, 14 de fevereiro de 2023.

Géssica de Miranda Viana
Pregoeira Oficial



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA

CNPJ:13.654.447/0001-26

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa através de registro de preços para a **futura contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de Aparelhos, Peças e Manutenção Preventiva e Corretiva em Condicionadores de Ar, com o intuito de atender as diversas necessidades das secretarias municipais deste Município de Catolândia, Estado da Bahia.**

2. JUSTIFICATIVA

2.1 JUSTIFICAMOS a realização de abertura de Processo Licitatório para a **futura contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de Aparelhos, Peças e Manutenção Preventiva e Corretiva em Condicionadores de Ar, com o intuito de atender as diversas necessidades das secretarias municipais deste Município de Catolândia, Estado da Bahia**, por entender que a qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização, portanto, uma manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por pessoas qualificadas.

2.2. Assim verifica-se que a manutenção preventiva além de ser uma necessidade indispensável ao equipamento é, também, uma exigência normativa de caráter obrigatório. Tais equipamentos são imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades deste órgão e do Município, uma vez que proporciona o bem-estar, saúde e conforto térmico aos servidores e usuários da Administração Pública Municipal. Desta forma é muito importante à conservação dos equipamentos de condicionamento e distribuição do ar, visto que as más qualidades da climatização podem causar graves problemas de saúde e prejuízos incalculáveis.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência do fornecimento do objeto com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Presencial, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

3.2. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos produtos demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

4. JUSTIFICATIVA PREGÃO PRESENCIAL

4.1. Em atendimento à determinação contida no § 4º do art.1º do Decreto nº 10.024/2019 que admite, excepcionalmente, mediante prévia justificativa, a utilização da forma de pregão presencial, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, **JUSTIFICAMOS** a utilização do pregão presencial, de forma excepcional, neste procedimento licitatório pelos motivos a seguir expostos:

4.2. É de conhecimento também a limitação de considerável número de potenciais e pretensos licitantes que não estão adaptados e aptos para a participação em certames através da forma eletrônica. Ademais, o software de gestão pública utilizado por este Município não tem compatibilidade plena com os demais sistemas utilizados no pregão eletrônico, ainda é de suma importância destacar que o município é precário no que diz a sinal de internet que dê suporte para realização de pregão eletrônico, tornando inviável para o mesmo. Nestes termos comprovada a inviabilidade técnica e a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica, justifica, nos termos da Lei nº. 10.520/2002 e do Decreto nº. 10.024/2019 a realização do presente procedimento Licitatório



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

na modalidade de Pregão Presencial. Por fim, sabe-se que o município de Catolândia, Bahia, possui menos que 4 (quatro mil) habitantes, justificando o pregão presencial.

5. NECESSIDADE E OBJETIVOS

5.1. Neste bojo cabe salientar que a realização desta contratação, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável, e visa assegurar a administração segura da contratação e, principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também a atingir a sua finalidade e efetividade, de atender a contento às necessidades da Administração Pública Municipal.

5.2 A licitação será realizada em Lotes, por entender que será mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento. Nesse ponto, as vantagens seriam o maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços e na aquisição dos materiais, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos. Argumentam, ademais, que haveria um grande ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada na execução de determinado empreendimento, implicaria em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

5. ESPECIFICAÇÕES

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO
LOTE 01			
01	40	UNID	CAPACITOR 7000 A 12000 BTU/h
02	20	UNID	CAPACITOR 18000 A 24000 BTU/h
03	10	UNID	CAPACITOR 30000 A 36000 BTU/h
04	10	UNID	PLACA 7000 A 12000 BTU/h
05	05	UNID	PLACA 18000 A 24000 BTU/h
06	03	UNID	PLACA 30000 A 36000 BTU/h
07	10	UNID	MOTOR VENTILADOR 7000 A 12000 BTU/h
08	05	UNID	MOTOR VENTILADOR 18000 A 24000 BTU/h
09	03	UNID	MOTOR VENTILADOR 30000 A 36000 BTU/h
10	10	UNID	HÉLICE 7000 A 12000 BTU/h
11	05	UNID	HÉLICE 18000 A 24000 BTU/h
12	03	UNID	HÉLICE 30000 A 36000 BTU/h
13	10	UNID	COMPRESSOR DE BEBEDOURO
14	04	UNID	COMPRESSOR AR COND. 9000 BTU/h
15	16	UNID	COMPRESSOR AR COND. 12000 BTU/h
16	03	UNID	COMPRESSOR AR COND.18000 BTU/h
17	03	UNID	COMPRESSOR AR COND. 24000 BTU/h
18	03	UNID	COMPRESSOR AR COND. 30000 BTU/h
19	03	UNID	COMPRESSOR AR COND. 36000 BTU/h
20	20	UNID	CABO FLEXIVEL 3X2,5MM ROLO DE 50 METROS
21	20	UNID	TUBO DE COBRE 1/4 PANQUECA DE 15 METROS
22	20	UNID	CANO DE COBRE TUBO DE 3/8 FLEXIVEL PANQUECA COM 10 METROS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

23	20	UNID	TUBO DE COBRE 1/2 PANQUECA DE 15 METROS
24	20	UNID	GÁS REFRIGERANTE R410A CILINDRO DE 11,34 KG
LOTE 02			
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO
01	160	UNID	MANUTENÇÃO DE 7000 A 12000 BTU/ h
02	22	UNID	MANUTENÇÃO DE 18000 A 24000 BTU/h
03	10	UNID	MANUTENÇÃO DE 30000 a 36000 BTU/h
04	50	UNID	INSTALAÇÃO DE 7000 A 12000 BTU/h
05	10	UNID	INSTALAÇÃO DE 18000 A 24000 BTU/h
06	10	UNID	INSTALAÇÃO DE 30000 a 36000 BTU/h
07	50	UNID	DESINSTALAÇÃO DE 7000 A 12000 BTU/h
08	10	UNID	DESINSTALAÇÃO DE 18000 A 24000 BTU/h
09	10	UNID	DESINSTALAÇÃO DE 30000 a 36000 BTU/h
10	30	UNID	CARGA DE GÁS 7000 A 1200 BTU/h
11	20	UNID	CARGA DE GÁS 18000 A 24000 BTU/h
12	05	UNID	CARGA DE GÁS 30000 A 36000 BTU/h
13	40	UNID	TROCA DE CAPACITOR 7000 A 12000 BTU/h
14	20	UNID	TROCA DE CAPACITOR 18000 A 24000 BTU/h
15	03	UNID	TROCA DE CAPACITOR 30000 A 36000 BTU/h
16	10	UNID	TROCA DE PLACA 7000 A 12000 BTU/h
17	05	UNID	TROCA DE PLACA 18000 A 24000 BTU/h
18	03	UNID	TROCA DE PLACA 30000 A 36000 BTU/h
19	10	UNID	TROCA DE MOTOR VENTILADOR 7000 A 12000 BTU/h
20	05	UNID	TROCA DE MOTOR VENTILADOR 18000 A 24000 BTU/h
21	03	UNID	TROCA DE MOTOR VENTILADOR 30000 A 36000 BTU/h
22	10	UNID	TROCA DE HÉLICE 7000 A 12000 BTU/h
23	05	UNID	TROCA DE HÉLICE 18000 A 24000 BTU/h
24	03	UNID	TROCA DE HÉLICE 30000 A 36000 BTU/h
25	50	UNID	SERVIÇO DE SOLDA
26	20	UNID	INSTALAÇÃO DE BEBEDOURO
27	20	UNID	DESINSTALAÇÃO DE BEBEDOURO
28	40	UNID	MANUTENÇÃO EM BEBEDOURO
29	40	UNID	CARGA DE GÁS EM BEBEDOURO
30	10	UNID	TROCA DE COMPRESSOR DE BEBEDOURO
31	10	UNID	TROCA DE COMPRESSOR AR COND. 9000 BTU/h
32	20	UNID	TROCA DE COMPRESSOR AR COND. 12000 BTU/h
33	05	UNID	TROCA DE COMPRESSOR AR COND. 18000 BTU/h
34	03	UNID	TROCA DE COMPRESSOR AR COND. 24000 BTU/h



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

35	03	UNID	TROCA DE COMPRESSOR AR COND. 30000 BTU/h
36	03	UNID	TROCA DE COMPRESSOR AR COND. 36000 BTU/h
37	50	UNID	HIGIENIZAÇÃO DE AR-CONDICIONADO (GERAL)
38	30	UNID	MUDANÇA DE TUDO DE COBRE (GERAL)
39	20	UNID	HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOURO (GERAL)
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO
LOTE 03			
01	15	UNITÁRIO	AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTU/H FRIO 220 VOLTS
02	15	UNITÁRIO	AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTU/H FRIO 220 VOLTS
03	05	UNITÁRIO	AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTU/H FRIO 220 VOLTS
04	05	UNITÁRIO	AR CONDICIONADO SPLIT 24000 BTU/H FRIO 220 VOLTS
05	03	UNITÁRIO	AR CONDICIONADO SPLIT 30000 BTU/H FRIO 220 VOLTS
06	03	UNITÁRIO	AR CONDICIONADO SPLIT 36000 BTU/H FRIO 220 VOLTS
07	10	UNITARIO	BEBEDOURO DE ÁGUA DE INOX DE 4 TORNEIRAS 220 VOLTS E 180 LITROS NO MININO
08	10	UNITARIO	BEBEDOURO DE ÁGUA DE INOX DE 2 TORNEIRAS 220 VOLTS E 50 LITROS NO MININO

6. DA PROPOSTA:

6.1. Na proposta financeira deverá incluir todos os custos necessários, bem como todos os impostos diretos e indiretos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, custos indiretos, lucro, benefícios exigidos em instrumentos legais, tais como Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, isentando a Administração de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

6.2. Validade não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. O fornecimento será parcelado no prazo máximo de 03 dias uteis, e deverá ser efetuado mediante emissão da competente requisição pelo Setor Encarregado, do qual será emitido um documento fiscal, detalhando o preço e a quantidade utilizado.

7.2. A entrega e a execução da manutenção serão realizadas no Local determinado pela Secretaria Requisitante, sem custo nenhum adicional.

7.1. A requisição deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do contrato, do número desta licitação, do número do processo, a identificação da Contratada, a especificação do item, quantidade, datas e horários e endereço de entrega.

7.2. Na hipótese de constatação de anomalia que comprometa a utilização adequada dos produtos objeto deste Termo, bem como se constatado divergência entre os produtos ofertados e os entregues, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. Ocorrendo rejeição dos produtos, o Contratado deverá substituí-los no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data em que for comunicado da citada rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de não o fazendo, ensejar nas sanções cominadas em Lei.

7.4. O prazo contratual para a prestação de serviços ou fornecimento dos equipamentos será no período de 12 (doze) meses, possibilitando sua prorrogação por até 60 meses, conforme autorizado pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA

CNPJ:13.654.447/0001-26

8.1. Caberá ao licitante vencedor realizar o objeto deste Termo, de acordo com a proposta apresentada, encarregando-se de todos os ônus e encargos decorrentes da execução e, especialmente:

- 8.1.1. Entregar os produtos rigorosamente nas especificações e prazos constantes neste Termo;
- 8.1.2. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da licitação;
- 8.1.3. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto da licitação;
- 8.1.4. Comunicar à Prefeitura Municipal os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.
- 8.1.5. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas por Lei.
- 8.1.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante.
- 8.1.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes ou sinistros que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência da locação dos veículos ou o aluguel de máquinas.
- 8.1.8. Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venham causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência do fornecimento dos produtos, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.
- 8.1.9. A contratada se responsabilizará por todos os gastos necessários para a entrega do material no Município de Catolândia.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato;
- 9.2. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do fornecimento;
- 9.3. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- 9.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 9.5. Designar um servidor como gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 10.1. Ficará impedido de participar de certames licitatórios e celebrar contratos com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o licitante que:
 - 10.1.1. Ensejar o retardamento da execução do certame;
 - 10.1.2. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo
 - 10.1.4. Fizer declaração falsa;
 - 10.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 10.2. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:
 - 10.2.1. No caso de recusa injustificada do adjudicatário no fornecimento, dentro do prazo estipulado, caracterizará inexecução total do objeto, sujeitando ao pagamento de multa compensatória, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do pedido;
 - 10.2.2. Multa de mora de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia de atraso até o 5º (quinto) dia após a data fixada para entrega dos materiais e 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia de atraso, a partir do 6º (sexto) dia, calculada sobre o valor total do pedido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado;
- 10.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na entrega do objeto licitado advier de caso fortuito ou motivo de força maior.
- 10.4. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 10.5. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura Municipal, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e no contrato e das demais cominações legais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

11. DO PAGAMENTO

11.1 As notas fiscais deverão ser entregues a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Catolândia, para controle e processo de pagamento.

11.1.1 O pagamento devido ao contratado será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir do início do mês subsequente a execução dos serviços do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelas secretarias competentes.

12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio da Prefeitura Municipal, na forma que lhe convier;

12.2. A fiscalização, exercida pela Prefeitura Municipal não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

12.3. Fica designado o Secretaria Municipal de Administração através da Sra. **ANDRESSA LIMA DOS SANTOS**, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, como fiscal do contrato.

13. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas provenientes desta contratação correrão a conta da seguinte orçamentaria:

0201000 – GABINETE DO PREFEITO
2002 GESTÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO
0202000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2005 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC.MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS.
0203000 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO
2018 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.
0204000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
2011 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERV.PÚBLICOS E SANEAMENTO.
0206001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2034 – GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – REC. PRÓPRIOS (15%).
2035 – GESTÃO DO BLOCO DE MANUT. DAS ASPS
2037 – GESTÃO DO BLOCO DE MANUT. DAS ASPS – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2041 – GESTÃO DAS AÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS
2043 – GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À COVID-19
2046 GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – REC VINCULADOS
0205001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2050 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL - REC. PRÓPRIOS.
2052 – GESTÃO DOS REC.DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2053 GESTÃO DOS REC. DO BLOCO DA GESTÃO DO PROG. BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO
2054 GESTÃO DOS REC. DO BLOCO DO SUAS
2055 - GESTÃO DOS RECURSOS DOS PROGRAMAS DO FNAS
2058 - GESTÃO DOS RECURSOS TRANSF. DO ESTADO (FEAS)
0203002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2021 GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL - MDE 25%
2022 GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE 25%
2027 GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO – QSE.
2031 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
3.3.9.0.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTES: 1500 - RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE IMPOSTOS, 1510 - EDUCACAO 25%, 1520 - SAUDE 15%, 1600, 1621 – SUS, 1660 – FNAS, 1661 - FEAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSIST. SOCIAL

14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1. O Presente Termo de Referência tem amparo Legal, integralmente, na Lei Federal N 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto N° 3.555 de 08 de agosto de 2000, subsidiariamente, na Lei Federal N° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal N° 123/2006 e o Decreto N° 10.024, de 20 de setembro de 2019.

15. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

15.1. Somente poderão participar da licitação empresas do ramo do objeto que atendam a todas as exigências previamente definidas no Edital e seus Anexos, e principalmente que tenham condições estruturais, legais e adequadas para o fornecimento do objeto.

16. DAS ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

16.1 Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

ANDRESSA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAL

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

(usar papel timbrado da empresa, incluindo endereço e CNPJ)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Pregoeiro Oficial
Catolândia – Bahia.

Senhora Pregoeira,

Pela presente CREDENCIO o(a) Sr.(a).....(nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) do Registro de Identidade nº....., expedido pela.....devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº....., residente à,nº....., como meu mandatário, para representar esta empresa no processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº....., com poderes para apresentar documentos, prestar declarações de qualquer teor, impugnar, recorrer, apresentar contra-razões de recursos, desistir de prazos de interposição de recursos e do direito aos mesmos, ofertar lances, assinar contratos derivados da licitação, enfim praticar todos os atos inerentes à referida licitação e, a que tudo será dado como bom, firme e valioso.

Localidade,de.....de 2023.

(identificação e assinatura do outorgante)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

ANEXO III
MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

Ao Pregoeiro Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
Catolândia – Bahia.

Senhor Pregoeiro,

Conforme exigências constantes no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 07/2023, estamos apresentando Proposta de Preços para a prestação de _____, objeto da licitação supracitada, e declaramos expressamente que:

1. Recebemos todos os documentos e informações necessárias à elaboração desta proposta;
2. Nos preços indicados estão computadas todas as despesas de transporte, os tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos que os compõem;
3. Acompanha esta proposta a planilha de preços contendo a descrição, quantidade, preços unitário e total dos itens cotados, bem como total geral por extenso (em papel timbrado da empresa contendo nome, endereço e CNPJ da mesma);
4. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, _____(profissão _____(função na empresa), residente na Rua/Avenida _____, nº __, Bairro – Cidade (Estado), como responsável desta empresa;
5. Esta proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura da licitação;
6. Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Vlr.Unit.	Vlr.Total

Localidade, data.

(Nome e assinatura do representante legal ou procurador)

(Número de CPF do declarante)

(Carimbo CNPJ da empresa)



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA

CNPJ:13.654.447/0001-26

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço e nº de CNPJ, indicados no rodapé e cabeçalho, respectivamente, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Giovanni Moreira dos Santos**, Brasileiro, casado, Administrador, CPF. NºXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXx/ SSP-BA, residente e domiciliado nesta cidade de Catolândia-Ba, e a empresa (nome), inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., Inscrição Estadual nº....., sediada na (endereço), por seu representante legal infra-assinado, Sr(a). (nome), portador da Cédula de Identidade nº..... e CPF nº , residente e domiciliado na..... (endereço), doravante designados respectivamente CONTRATANTE E CONTRATADA, firmam o presente contrato de....., decorrente da homologação, pelo do Município de Catolândia em despacho datado de ___/___/___, da licitação na modalidade Pregão Presencial nº/....., sujeitando-se os contratantes às Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520/02, com suas alterações posteriores e as cláusulas abaixo descritas:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

I - O objeto do presente contrato é a contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento parcelado de **Aparelhos, Peças e Manutenção Preventiva e Corretiva em Condicionadores de Ar, com o intuito de atender as diversas necessidades das secretarias municipais deste Município de Catolândia, Estado da Bahia**, cuja descrição detalhada bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA constam do Edital de Licitação – Pregão Presencial nº/....., cujo processo, normas e demais detalhamentos, assim como proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, são parte integrante deste instrumento contratual, independentemente de transcrições.

CLÁUSULA 2ª - DA VIGÊNCIA

I - O presente contrato vigorará, a contar da data de sua assinatura até a prestação de serviços integral do objeto licitado ou até 12 meses. Sua eficácia, no entanto, no presente exercício, ficará adstrita às respectivas dotações ou créditos orçamentários.

CLÁUSULA 3ª - DA EXECUÇÃO

I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº/....., e, principalmente, observando a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, respondendo a parte inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - O CONTRATANTE rejeitará a prestação dos serviços, no todo ou em parte, se em desacordo com o estipulado no presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e segurança do objeto deste contrato.

CLÁUSULA 4ª - DA PRESTAÇÃO DO OBJETO

I – A prestação dos serviços do objeto do presente contrato será realizado em conformidade com as solicitações emitida pela Prefeitura Municipal e deverá ser executado sob a fiscalização do Executivo através de preposto indicado por este, conforme a expedição da Nota de Empenho ou Ordem de Serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderão ser feitos acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente contrato, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, que a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, conforme estabelecido no art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, sendo que no caso específico de supressão, por acordo entre as partes, poderá exceder a esse limite, conforme dispõe o §2º, inciso II do mesmo artigo.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA

CNPJ:13.654.447/0001-26

II - As requisições deverão conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do contrato, do número desta licitação, do número do processo, a identificação da Contratada, a especificação dos itens, as quantidades, datas e horários de execução.

III - Na hipótese de constatação de anomalia que comprometa a execução dos serviços objeto deste Termo, bem como se constatado divergência entre os serviços ofertados e os executados, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

IV - As quantidades dos serviços são estimadas e a CONTRATANTE não se obriga a executá-los em suas totalidades, o fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades, observando-se o que dispõe o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 5ª - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO.

I - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto do presente contrato o valor global de R\$...... (.....), apurado nas notas fiscais /faturas, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta de preços, observado o disposto no Parágrafo Único da Cláusula Quarta do presente.

II - O pagamento devido ao contratado será efetuado através de depósito Bancário, conforme a entrega, devidamente atestado o cumprimento da obrigação do objeto da licitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do mês subsequente, após a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) conferida(s) e aprovada(s) pela Controladoria.

III - A nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, contando-se os prazos acima estabelecidos a partir da data de sua reapresentação para efeito de pagamento.

IV - A devolução da fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA 6ª - DO REAJUSTAMENTO

I - Não cabem revisão e atualização dos preços contratados no presente.

II - Fica ressalva a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.

III - Caso ocorra variação nos preços, a contratada deverá solicitar a PREFEITURA MUNICIPAL reequilíbrio econômico, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

IV - O índice que será utilizado para manter o equilíbrio econômico-financeiro contratado, será o mesmo adotado pela órgãos oficiais.

CLAUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas para aquisição do objeto licitado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0201000 - GABINETE DO PREFEITO

2002 GESTÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

0202000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2005 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC.MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS.

0203000 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

2018 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.

0204000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

2011 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERV.PÚBLICOS E SANEAMENTO.

0206001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2034 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - REC. PRÓPRIOS (15%).

2035 - GESTÃO DO BLOCO DE MANUT. DAS ASPS

2037 - GESTÃO DO BLOCO DE MANUT. DAS ASPS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2041 - GESTÃO DAS AÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS

2043 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

2046 GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - REC VINCULADOS

0205001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2050 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL - REC. PRÓPRIOS.

2052 - GESTÃO DOS REC.DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2053 GESTÃO DOS REC. DO BLOCO DA GESTÃO DO PROG. BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO ÚNICO

2054 GESTÃO DOS REC. DO BLOCO DO SUAS

2055 - GESTÃO DOS RECURSOS DOS PROGRAMAS DO FNAS



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA

CNPJ:13.654.447/0001-26

2058 - GESTÃO DOS RECURSOS TRANSF. DO ESTADO (FEAS)

0203002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2021 GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL - MDE 25%

2022 GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE 25%

2027 GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO - QSE.

2031 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

3.3.9.0.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

4.4.9.0.52.00,00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTES: 1500 - RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE IMPOSTOS, 1510 - EDUCACAO 25%, 1520 - SAUDE 15%, 1600, 1621 - SUS, 1660 - FNAS, 1661 - FEAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSIST. SOCIAL

PARÁGRAFO ÚNICO – A estimativa da despesa é para o período de vigência do presente instrumento, sendo empenhado previamente o valor da despesa mensal correspondente, conforme determina o art. 60 da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64.

CLAUSULA 8ª - DA FISCALIZAÇÃO

I - A fiscalização e o acompanhamento da execução deste instrumento ficarão a cargo da Sra. **ANDRESSA LIMA DOS SANTOS**, que verificará a sua perfeita execução e o fiel cumprimento das obrigações contratadas.

CLAUSULA 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da Licitação – Pregão Presencial nº 07/2023.

II - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA exigirá a comprovação da quitação de tais encargos, como condição para o pagamento dos créditos da contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – a inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, observado, no entanto, quanto aos encargos previdenciários, o disposto no art. 71, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, durante a vigência deste contrato, exigir a comprovação de quitação dos encargos descritos no “caput” desta CLÁUSULA, como condição para pagamento dos créditos da CONTRATADA.

III - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto da licitação.

IV - Comunicar à Prefeitura Municipal os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

V - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas por Lei.

VI - Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venham causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência do fornecimento dos serviços, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretas ou lucros cessantes.

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do fornecimento;

III - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

IV - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

V - Designar um servidor como gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 11ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

I - Pela inexecução parcial ou total deste contrato, poderá o CONTRATANTE, facultada ampla defesa à CONTRATADA, aplicar as penalidades previstas no item 19 (Sanções por Inadimplemento) do Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 07/2023.

CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

I - O presente ajuste poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do contrato, nos casos enumerados nos incisos I ao XII, XVII e XVIII, do art. 78, observado o art. 79, §§ 1º, 2º e 5º e art. 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá haver a rescisão unilateral deste instrumento, reduzida a termo no processo, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do Executivo Municipal, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Poderá também ocorrer a rescisão amigável deste contrato por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do Executivo Municipal, desde que haja conveniência administrativa, na forma estabelecida no inciso II, § 1º, do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 13ª - DA PUBLICIDADE

I - O CONTRATANTE providenciará a publicação, em resumo, no sítio e no diário oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, do extrato do contrato, bem como publicações de extratos de termos aditivos, se for o caso, e outras determinadas em Lei, na forma prescrita no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª - DO FORO

I - Para todas as questões oriundas do presente contrato, será competente o foro da Comarca de São Desidério, estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Catolândia, ___ de _____ de _____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

ANEXO V
MODELO PARA DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO
ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

Ao Pregoeiro Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
Catolândia – Bahia.

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado.

Senhor Pregoeiro,

O responsável do presente, em nome da empresa....., declara expressamente que aceita todas as condições estabelecidas no Edital de Licitação – **Pregão Presencial nº 07/2023** e que a realização da licitação não implica, necessariamente, em contratação pelo EXECUTIVO, o qual poderá revogar ou anular o certame, bem como contratar, ou não, o objeto da licitação relativo ao Pregão Presencial nº 07/2023.

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante Legal
(Carimbo CNPJ)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

ANEXO - VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 07/2023

(usar papel timbrado da empresa, incluído endereço e CNPJ)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

AO
Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
Catolândia/ BA

Sr. Pregoeiro,

A(Razão Social da empresa)....., CNPJ nº....., localizada à.....
DECLARA, para fins de participação na licitação **Pregão nº 07/2023**, promovida pela
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, e sob as penas da lei, de que atende a todas as
exigências de HABILITAÇÃO contidas no referido Edital.

Local de data,

(Identificação e assinatura do responsável pela empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

ANEXO VII

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO NO CORPO DA
EMPRESA**

Declaramos sob as penas da Lei, não possuir em nosso quadro de sócios, proprietários, administradores, responsáveis técnicos ou dirigentes, servidores ou dirigentes do órgão responsável pelo presente Pregão (art. 9º, inciso III da Lei nº 8.666/93).

Catolândia, ___ de _____ de 2023.

(razão social da empresa)
(nome e CPF do responsável legal)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA
CNPJ:13.654.447/0001-26

ANEXO VIII

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA TRATAMENTO DIFERENCIADO

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, declaramos:

- Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
- Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.**
- Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.**
- para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especialmente a definida no art. 86.

_____de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA